

FERNANDO SILVÉRIO

**DO DIREITO DE FAMÍLIA E DA
OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS**

1º Edição

**SÃO JOÃO DE MERITI – RJ
FERNANDO SILVÉRIO
2.011**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| CAPÍTULO I..... | 11 |
| A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA PERANTE O DIREITO ROMANO. | 11 |
| 1. – DA FAMÍLIA NATURAL.:..... | 11 |
| 1.1 – DO CONCEITO DE CASAMENTO.:..... | 17 |
| 1.2 – DA NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO.:..... | 19 |
| 1.3 – DO CASAMENTO E A CONVENTIO IN MANUM.:..... | 20 |
| 1.4 – DAS ESPONSAIS.:..... | 21 |
| 1.5 – DOS REQUISITOS DO CASAMENTO.:..... | 22 |
| 1.6 – DAS NULIDADES DO CASAMENTO.:..... | 23 |
| 1.7 – DA FORMAÇÃO DO CASAMENTO.:..... | 24 |
| 1.8 – DA DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO.:..... | 24 |
| 1.9 – DA FILIAÇÃO.:..... | 25 |
| CAPÍTULO II..... | 28 |
| A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA PERANTE O DIREITO CANÔNICO..... | 28 |
| 2. - DO ESTUDO INTRODUTÓRIO: A IGREJA E O DIREITO CANÔNICO.:..... | 28 |
| 2.1 – DA IGREJA COMO SOCIEDADE JURÍDICA.:..... | 29 |
| 2.2 – DO CONCEITO E PONTOS DIFERENCIADORES DO DIREITO CANÔNICO.:..... | 32 |
| 2.3 – DA IGREJA COMO SOCIEDADE AUTÔNOMA E SOBERANA.:..... | 33 |
| 2.4 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA SOBERANIA DA IGREJA.: | 34 |
| 2.5 – DA DEFINIÇÃO DE MATRIMÔNIO PERANTE O DIREITO CANÔNICO.:..... | 36 |
| 2.6 – DO MATRIMÔNIO E A LEI NATURAL.:..... | 37 |
| 2.7 – DO MATRIMÔNIO COMO SACRAMENTO.:..... | 38 |
| 2.8 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES PRÓPRIOS DO PACTO MATRIMONIAL.:..... | 39 |
| 2.9 – DO PODER MARITAL.:..... | 40 |
| 2.10 – DOS EFEITOS DO PÁTRIO PODER DOS CÔNJUGES PARA COM SEUS FILHOS.:..... | 41 |
| 2.11 – DOS EFEITOS DO MATRIMÔNIO EM RELAÇÃO AOS FILHOS.:..... | 42 |

| | |
|---|------------|
| 2.12 – DAS DIVERSAS FÓRMULAS DE VETOS MATRIMÔNIAIS UTILIZADOS PELA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA.: | 43 |
| CAPÍTULO III..... | 48 |
| DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 48 |
| 3. – DAS GENERALIDADES.: | 48 |
| 3.1 – DAS RELAÇÕES JURÍDICAS.: | 51 |
| 3.2 – DAS CARACTERÍSTICAS.: | 53 |
| 3.3 – DO CONCEITO E CONTEÚDO.: | 55 |
| 3.4 – DO OBJETO.: | 57 |
| 3.5 – DOS PRINCÍPIOS.: | 61 |
| 3.6 – DA NATUREZA.: | 63 |
| 3.7 – DA IMPORTÂNCIA.: | 64 |
| CAPÍTULO IV..... | 66 |
| DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS..... | 66 |
| 4. DAS NOÇÕES PREMILINARES.: | 66 |
| 4.1 – DO CONCEITO E NATUREZA.: | 67 |
| 4.2 – DAS CONDIÇÕES DE EXIGIBILIDADE.: | 71 |
| 4.3 – DOS PRESSUPOSTOS ESSENCIAIS.: | 71 |
| 4.4 – DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.: | 72 |
| 4.5 – DO OBJETO E MONTANTE DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.: | 73 |
| 4.6 – DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ALIMENTOS.: | 74 |
| 4.7 – DA AÇÃO DE ALIMENTOS.: | 75 |
| CAPÍTULO V..... | 78 |
| DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS E PROVISIONAIS..... | 78 |
| 5. - DO CONCEITO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS E PROVISÓRIOS.: | 78 |
| 5.1 – DA COMPREENSÃO E DISCIPLINA LEGAL.: | 79 |
| 5.2 – DOS PRESSUPOSTOS E CONDIÇÕES DA PRETENSÃO PROVISIONAL.: | 86 |
| TABELA 01..... | 93 |
| VISÃO HISTÓRICA DO DIREITO ROMANO..... | 93 |
| TABELA 02..... | 95 |
| VISÃO EVOLUTÓRIA DAS LEIS NO DIREITO ROMANO..... | 95 |
| TABELA 03..... | 99 |
| PRINCIPAIS JURISCONSULTOS ROMANOS..... | 99 |
| TABELA 04..... | 100 |

| | |
|--|------------|
| EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA NO DIREITO ROMANO..... | 100 |
| TABELA 05..... | 102 |
| O DIREITO DA SEPARAÇÃO DOS CONJUGES NO DIREITO CANÔNICO | 102 |
| TABELA 06..... | 104 |
| DO CONCEITO E CONTEÚDO E CONTEÚDO DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 104 |
| TABELA 07..... | 104 |
| DO OBJETO DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 106 |
| TABELA 08..... | 110 |
| DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO DIREITO DE FAMÍLIA | 110 |
| TABELA 09..... | 111 |
| DA NATUREZA DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 111 |
| TABELA 10..... | 111 |
| DA IMPORTÂNCIA DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 112 |
| TABELA 11..... | 112 |
| DOS ALIMENTOS..... | 114 |
| CONCLUSÃO..... | 118 |

“Quem é sábio, então, aquele que conhece isto?

Quem tem compreensão senão aquele que contemplo?

“Quanto ao resto, prefere acima de todas as outras ciências a que tenha maior utilidade, o conhecimento dotado a menor vaidade; e tira proveito disto em favor do teu próximo” (biblioteca rosacruz, a vós confio, 1988, p.144).

“O mais nobre emprego da mente humana é o estudo das Obras do teu criador” (Biblioteca Rosacruz A vós confio, 1988, p.143)

“Procura aquilo que é honroso, faze o que é Direito; o Aplauso de tua consciência te dará muito mais alegria que os brados de milhões que não sabe se os merece” (Biblioteca Rosacruz, A vós confio, 1988, p.142).

Aos meus pais, que me ensinaram às primeiras letras, e me deram a orientação necessária, para o bom caminhar de minha vida.

Homenagem póstuma à meu pai Fernando Pereira, que sempre me incentivou à estudar à matéria do Direito.

INTRODUÇÃO

A presente obra, tem como objetivo apresentar um estudo reflexivo sobre o Direito de Família e as Obrigações dos Familiares na prestação alimentar. Logo de início, será abordado às noções históricas do Direito de Família, que tem como base primordial o Direito Romano, e o Direito Canônico, logo a seguir adentraremos no enfoque do Direito de Família em sua atualidade, percorrendo através dos quadros sinóticos à Legislação Pátria que regula este Direito, serão observados também às suas generalidades que dará enfoque à vida do homem desde o seu nascimento até o seu casamento, atribuindo-lhe também os valores morais constantes do pacto matrimonial; as relações jurídicas de caráter obrigacional, como deveres de assistência recíproca e de fidelidade impostas ao casal; às suas características determinantes e peculiares na defesa do grupo familiar; do seu conceito e conteúdo, donde veremos a conexão existente de alguns institutos com o Direito de Família; o seu objeto, que usa o princípio da tripartição bem como de seus efeitos; os princípios que

permeiam esse direito como por exemplo o da igualdade entre os cônjuges; a natureza do Direito de Família que é personalíssima, embora entre em choque com o ramo do Direito Civil que fixa-lhe efeitos através de suas Normas Jurídicas, e, por último à sua importância, pois exercerá grande influência sobre todos os ramos do Direito Público e Privado. Já na área das obrigações de prestar alimentos, adentraremos alguns tópicos, que dará uma visão global deste Instituto do Direito de Família, que é o Instituto dos Alimentos, veremos seu conceito e finalidade que diz ser necessária a prestação alimentar ao indivíduo para que se possa suprir suas necessidades, vitais, intelectuais, etc...; seus pressupostos essenciais, como a existência do vínculo parenteral entre o alimentante e o alimentando, do alimentando e suas necessidades, das condições econômicas do alimentante e o grau de proporcionalidade do quantum a ser fixado ao alimentado; sua Natureza Jurídica, que enfoca esse Direito como pessoal e de caráter extra patrimonial; seu caráter obrigacional, pois visa a satisfazer à necessidade do alimentando; sua classificação, onde abordaremos tópicos como à

finalidade, Natureza e Causa Jurídica; às pessoas obrigadas a prestar alimentos; os modos de satisfazer a obrigação alimentar; a impossibilidade de restituição, pois uma vez pago o quantum da prestação alimentar, não mais será restituído pelo alimentante; os Meios Jurídicos garantidores do pagamento da obrigação alimentar, que através da ação de alimentos criará o vínculo obrigacional entre o alimentante e o alimentando; e por último às causas de sua extinção. Desta forma, esta obra nos remeterá à tese reflexiva sobre o Instituto do Direito de Família e suas ramificações.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

